
O MÉTODO DA SOCIOLOGIA DA AÇÃO:

A INTERVENÇÃO
SOCIOLOGICA

ALAIN TOURAINE

TRADUÇÃO DE DANIELLE ARDAILLON

Originalmente publicado na *Revue Suisse de Sociologie* © Schwei/-Ges. F. Soziologie/ Soc. Suisse de Sociologie

Introdução

A escolha de um método não depende de considerações técnicas; cada método corresponde a um tipo de abordagem, a uma representação da realidade social e por conseguinte à escolha do pesquisador ao privilegiar um certo tipo de conduta.

O sociólogo ou o antropólogo interessado na natureza e no funcionamento das normas culturais e sociais de uma coletividade, definida mais por sua ordem do que por sua mudança, coloca-se em posição de observador. Esforça-se por determinar os signos objetivos destas normas culturais, como por exemplo o funcionamento de um sistema de parentesco ou os ritos. Também registra representações, crenças e mitos que analisa de fora, ou seja, procurando os princípios que comandam um conjunto de regras e até mesmo as estruturas mentais que operam para a construção dos mitos e das crenças.

O sociólogo cujo interesse está voltado para as determinações sociais das condutas, para aquilo que poderia ser chamado de consumo da sociedade, recorre ao levantamento extensivo. Procura mostrar como os papéis correspondem a conjuntos de normas, como os comportamentos são determinados pela posição ocupada na sociedade ou pela mobilidade numa escala social.

Trata-se, neste caso, do procedimento mais clássico da sociologia moderna. O progresso dos métodos estatísticos o renovou. No pós-guerra, o triunfo da versão parsoniana do funcionalismo deu-lhe tamanha importância que, por um instante, acreditou-se que ele constituía toda a sociologia.

Entretanto, aqueles que se interessam pelas decisões, mudanças, relações de influência e de poder nunca estiveram satisfeitos com esta representação da sociedade nem com o levantamento extensivo. Sempre procuraram estudar como uma decisão é tomada, uma organização se transforma, e por isso foram levados a desenvolver estudos de caso que se esforçam por reconstituir, além do visível, a história complexa e oculta de uma decisão.

Aqueles, enfim, que se interessam pelos assim chamados atores históricos recorrem, em geral, a um método mais diretamente historiográfico. De fato, como estudar a ação das forças sociais e políticas capazes de transformar a sociedade e produzir os acontecimentos históricos? A resposta geralmente dada foi que era

necessário examinar os acontecimentos maiores, no decorrer dos quais a ordem social parece dissolver-se e uma nova ordem instaurar-se.

G. Gurvitch, trazido à sociologia pela experiência da revolução soviética, foi um dos que defenderam a idéia de que era preciso aproximar-se dos vulcões da história, como se as revoluções tivessem valor de purificação e permitissem assim atingir o essencial. Se hoje, porém, nada leva a pôr em dúvida a utilidade da observação etnográfica, do levantamento extensivo ou dos estudos de decisões, pode-se duvidar muito fortemente do valor da filosofia da história implícita no método do recurso aos grandes acontecimentos, e em particular às revoluções. Hoje não temos mais essa imagem da dilaceração da ordem social que torna visíveis as forças criadoras da história.

A experiência deste século ensinou-nos a prudência. Os grandes acontecimentos e as revoluções não são mais simples do que os períodos calmos. Pode-se mesmo pensar que o momento revolucionário é aquele em que as forças sociais são menos visíveis, mais encobertas pelos problemas do Estado, ou em que os mecanismos sociais são mais completamente substituídos pela ditadura das armas ou das falas. Assim, as revoluções, que para os historiadores permanecem como objetos maiores de reflexão, são provavelmente os momentos menos favoráveis para uma reflexão sobre a ação histórica. Tudo acontece como se, naquele momento, quando talvez os homens de fato façam sua história, eles fossem particularmente pouco aptos a compreender a história que estão fazendo e, mesmo, levados a fazer o contrário daquilo que acreditam estar fazendo.

Eis portanto os sociólogos interessados no estudo da ação histórica praticamente sem método. Eles não podem permanecer ligados a uma análise histórica que faria emergir dela própria o seu sentido, assim como o pensavam os historiadores e sociólogos do século XIX, de Michelet a Weber. O primeiro, seguido por muitos historiadores da Europa Central, via na história moderna o nascimento da nação; o segundo, as etapas do desencantamento do mundo, da secularização e da racionalização.

Essas visões evolucionistas, unilineares, são hoje dificilmente aceitáveis. Não explicam nem as rupturas, nem os retrocessos à barbárie, nem a multiplicidade das vias de desenvolvimento. Correspondiam a um século em que a modernização era privilégio apenas de uma

parte do mundo; e hoje o fato principal é a multiplicidade das vias de desenvolvimento.

Por outro lado, essas visões evolucionistas identificavam o estudo da ação histórica com o da mudança ou da modernização. Ora, o reconhecimento da pluralidade dos modos de desenvolvimento obriga também à separação destas duas ordens de estudos.

Encontramo-nos assim desprovidos de qualquer método disponível quando procuramos estudar de que maneira uma sociedade se produz a si própria, através dos seus modelos culturais e das suas relações sociais.

A intervenção sociológica é o método que se esforça por preencher esta lacuna. Pretende servir ao estudo da produção da sociedade de forma análoga àquela em que o levantamento extensivo serve ao estudo do consumo da sociedade.

Razões

1 A importância desta área de estudo deve-se ao fato de que hoje temos consciência de pertencer a sociedades cuja capacidade de se produzir ou de se destruir é quase ilimitada. A sucessão dos métodos das ciências sociais que acaba de ser indicada poderia ser apresentada historicamente. Quanto mais nos aproximamos das sociedades contemporâneas, a sua parte da reprodução enfraquece em proveito da sua parte de produção e é por um estranho paradoxo que, durante um período relativamente longo, estabeleceu-se na França um movimento muito forte, de inspiração marxista e durkheimiana ao mesmo tempo, a representar a sociedade como uma ordem conforme às exigências de uma dominação, capaz de se manter e de se reproduzir.

Assim, durante décadas marcadas por excepcionais transformações econômicas e sociais, esta sociedade se atribuiu uma imagem de imobilidade. Resultado tão paradoxal que só pode ser explicado pela ideologia defensiva de intelectuais presos a uma representação da sociedade herdada do século anterior e que, progressivamente, de conhecimento das lutas sociais tinha-se transformado em ideologia política e, a seguir, na teoria abstrata e arbitrária de uma sociedade destituída para sempre de qualquer ator.

Reduzindo este evento intelectual às justas proporções, é preciso reconhecer, pelo contrário, que o estudo do consumo social, adequado ao caso de sociedades

de evolução lenta e rígido controle social, foi substituído em primeiro lugar pelo estudo das decisões, que constitui o essencial do trabalho historiográfico do século XIX, particularmente na Alemanha, e a seguir por uma reflexão sobre a produção da história. Reflexão tornada indispensável pelas revoluções, pelas ditaduras totalitárias, pelos crescimentos excepcionais e crises devastadoras, pelos movimentos de libertação nacional e até mesmo pelas políticas de intervenção pública na vida econômica. É difícil hoje considerarmos nossas condutas como respostas a situações, quando temos o mais vivo sentimento de que as situações estão sendo constantemente postas em questão e que, às vezes, são arbitrariamente produzidas pela vontade todopoderosa dos dirigentes.

2. É preciso levar esta reflexão crítica até o questionamento da utilidade, para a sociologia, da noção de sociedade. Esta noção não designa somente o conjunto dos fatos sociais; ela introduz a idéia de que, num conjunto geográfico e histórico determinado, o conjunto dos fatos sociais pode ser entendido como um conjunto de instituições e de seus mecanismos de manutenção, formando um corpo social dirigido, do seu centro, por um poder que elabora uma política e atividades econômicas, instrui os novos membros da sociedade, faz respeitar a ordem e pune o desvio.

Essa idéia de sociedade teve provavelmente uma função histórica precisa. Tornou-se o instrumento central da sociedade na época de Durkheim, ou seja, no momento em que, como bem disse K. Polanyi, as sociedades capitalistas ocidentais se preocupavam em reconstituir uma ordem social após a grande transformação representada pela primeira industrialização. A noção de sociedade manifesta a vontade de restabelecer a ordem na mudança. Associa, portanto, a idéia de instituição, herdada dos séculos XVII e XVIII, à idéia de evolução, à qual o século XIX tinha dado a maior importância.

Hoje, esta noção de sociedade se torna perigosa, à medida que o Estado nacional, sobre cujo modelo foi concebida, está sendo questionado. Não acreditamos mais na existência de um princípio central de ordem, assegurando as funções vitais de toda a coletividade. Acreditamos antes na existência de relações sociais de inovação cultural e de mecanismos políticos através dos quais vai sendo constantemente redefinida a situação social, de modo que ela nos aparece de preferência como evento que

não corresponde a qualquer racionalidade geral, que é pouco coerente e que é instável.

A análise das organizações desempenhou aí um papel fundamental. Hoje, não podemos mais acreditar que uma organização possa ser comandada por princípios científicos; tampouco acreditamos que, pelo menos nas nossas sociedades, ela seja somente a obra de uma dominação central. Aprendemos, graças sobretudo aos trabalhos norte-americanos, a descobrir racionalidades limitadas, estratégias e eventos naquilo que outrora parecera do domínio da organização científica do trabalho. Nessas condições, ao invés de representarmos a sociedade como o princípio central de unidade ao qual se refere o funcionamento das instituições específicas, é importante romper esta ligação da análise sociológica com a análise histórica e não mais confundir o Estado com uma sociedade produzida por suas orientações culturais e suas relações sociais.

Princípios

1. O principal problema posto para a pesquisa sociológica reside no fato de que esse domínio da ação histórica, das relações sociais mais fundamentais e dos seus desafios culturais não se oferece à observação imediata. Como passar do estudo das condutas de resposta para o estudo das condutas de questionamento? Este problema esteve constantemente no centro da sociologia. Num contexto diferente, já Marx se esforçava por reencontrar as relações de classes por trás das categorias da prática econômica. Nós também podemos procurar por trás das atitudes operárias – respostas a uma situação de trabalho e de vida – a manifestação da consciência operária e especialmente da consciência de classe, força social cujo enirentamento com a consciência e a ação patronais determina, diretamente, pela força ou pelo contrato, e, indiretamente, pela intervenção da lei, as condições de trabalho.

Essa presença na experiência cotidiana da rediscussão da situação foi a primeira descoberta da sociologia industrial, graças aos trabalhos clássicos de Roethlisberger na Western Electric. Ao analisar a "operação tartaruga" na oficina de Bank Wiring, os primeiros sociólogos industriais mostraram que as condutas operárias, longe de ser definíveis em termos de adaptação ou racionalidade, deveriam ser entendidas como a expressão concreta da luta de grupos sociais opostos pelo controle e pela direção das máquinas e do rendimento. O

conjunto dos estudos sobre as condutas operárias em face dos diversos sistemas de remuneração reforçou constantemente as conclusões destas admiráveis pesquisas pioneiras. Esse exemplo nos orienta num caminho totalmente oposto ao do estudo dos grandes eventos históricos. É ao concentrar a atenção sobre os próprios atores, em suas condições sociais concretas, que melhor podemos aproximar-nos dos mecanismos pelos quais, para além das condutas de consumo social, podem-se avistar as condutas de produção conflitual da sociedade.

2. É necessário, porém, ir além da observação. É preciso criar, de maneira quase experimental, situações nas quais o peso das situações cotidianas seja o mais reduzido possível e nas quais o ator fique em posição de manifestar, o mais fortemente possível, o seu questionamento dessa situação, seus próprios objetivos e a consciência que tem dos conflitos em que está envolvido para alcançá-los. Num aparente paradoxo, o estudo da ação histórica afasta-se, pois, dos grandes afrescos e dos levantamentos extensivos para se dedicar ao estudo intensivo de grupos restritos com os quais, entretanto, os pesquisadores irão desenvolver estudos aprofundados e de longa duração.

3. Avançando ainda mais. Essa passagem do consumo à produção da sociedade não se faz espontaneamente, nem mesmo nas condições favoráveis criadas artificialmente pelos pesquisadores. É preciso que o investigador intervenha diretamente. É somente graças a ele que o ator pode elevar-se de um nível da realidade social para outro. Procedemos aqui de maneira análoga à psicanálise, embora dirija-se ela numa direção oposta. É somente na sua relação com o psicanalista que o paciente pode ser deslocado para o inconsciente, lugar onde está escrita a história de sua personalidade. De igual modo, é preciso que o ator passe das condutas de resposta e de adaptação para as condutas de projeto e de conflito através do pesquisador. Somente a intervenção ativa e pessoal do pesquisador, ao puxar o ator para as relações mais fundamentais nas quais se acha envolvido, permitirá que ele deixe de se definir como respondente da ordem estabelecida.

Procedimentos

1. É preciso retomar o aparente paradoxo que consiste no estudo dos atores históricos e, particularmente, dos atores de classe e dos seus movimentos sociais

através de pequenos grupos. Não que haja alguma contradição em proceder desta maneira. Os próprios atores sociais estão acostumados a ver nos grupos de tamanho restrito a unidade de base do seu movimento: célula política, seções sindicais, grupos de base, pequenas comunidades religiosas, associações locais, grupos que carregam em si um significado histórico elevado.

Entretanto, por razões complexas, a idéia de pequenos grupos foi associada, nas ciências sociais, à de redução das relações sociais às relações interpessoais ou mesmo aos mecanismos psicológicos intra-individuais. Idéia desprovida de qualquer fundamento.

Para ficar no domínio próprio da psicologia social, como esquecer que Lewin refletiu primeiro sobre o nazismo, que Moreno quis restituir o espírito da revolução soviética e que Serge Moscovici acaba de mostrar quanto significado político possui o estudo das minorias ativas, tal como pode fazê-lo o psicólogo social?

W. Doise, em tese recente, insistiu sobre a necessidade de reforçar esta orientação sociológica do estudo dos grupos. O importante aqui não está no tamanho do grupo estudado, mas no fato de que são constituídos *grupos de intervenção*, colocados numa situação artificial, destinada a reforçar nos próprios atores seu papel de atores históricos, de produtores de sua história, de transformadores de sua situação.

O ponto de partida da intervenção sociológica consiste em constituir tais grupos, formados por atores os mais estritamente militantes, que assim permaneçam durante toda a duração da pesquisa, mas que, como militantes, se engajem também num trabalho de análise. Não deve haver contradição entre o papel de militante e o papel de analista, já que o analista está orientado para a descoberta do sentido mais profundo da ação.

Na prática, porém, a formação desses grupos depara com grande dificuldade. Todo ator procura permanecer dono do seu sentido e resiste à dissociação entre a análise e sua ideologia. Tivemos experiência da resistência particularmente forte não dos próprios militantes, mas dos intelectuais que pretendem falar em seu nome e ser os produtores de suas ideologias. Por outro lado, a formação de tais grupos supõe, da parte dos pesquisadores, uma atitude que não pode ser de neutralidade.

Para que se estabeleça a relação dese-

jável entre os atores e os analistas, também é preciso que estes sejam percebidos como estando a serviço não do ator ou de sua ideologia, mas do sentido possível deles. Qualquer que seja o ator estudado, o pesquisador deve procurar ver nele a mais alta significação possível, seu papel de produtor da história.

Na prática, estamos constituindo no momento dois grupos; tentaremos numa próxima pesquisa constituir três deles. Cada grupo se compõe de uns dez participantes. As dificuldades em formar número maior de grupos estão na quase impossibilidade de assegurar a todos os pesquisadores o perfeito conhecimento de tudo aquilo que acontece nos diferentes grupos, os quais devem também encontrar-se num determinado momento da intervenção.

2. Interrogar os grupos sobre suas opiniões ou atitudes, encorajá-los a formular sua ideologia seria fugir da meta desejada; reforçaríamos as condutas de resposta do grupo frente a uma situação dada. É necessário procurar um procedimento de pesquisa oposto.

Os grupos, logo que formados, são confrontados com interlocutores que são seus parceiros sociais na vida real. Substitui-se assim a expressão da ideologia pela experiência de uma relação social. É mesmo desejável que os primeiros interlocutores convidados sejam os adversários mais evidentes do grupo. A escolha dos interlocutores é feita, tanto quanto possível, pelos próprios grupos. Os pesquisadores contentam-se em orientar as trocas de pontos de vista entre atores e interlocutores; sua principal tarefa é impedir que as partes presentes fujam da discussão ou limitem-na artificialmente.

É importante também que dentro do grupo apareça a maior diversidade possível. Cada grupo foi constituído de fato para que nele estejam presentes os principais componentes da luta ou da ação considerada.

No futuro, este encontro com os interlocutores deveria ser substituído por um procedimento mais pesado. O verdadeiro objeto da intervenção sociológica não deveria ser um ator, e sim uma relação social; seria, portanto, desejável que fossem estudados simultaneamente os atores engajados numa relação social, ou seja: empregadores e assalariados, colonizadores e colonizados, dirigentes do Estado e dissidentes etc. Pode-se pensar mesmo em adicionar um terceiro grupo além dos dois antagonistas, o qual de-

sempenharia o papel do coro das tragédias antigas e que representaria o contexto da relação estudada e, mais concretamente, o que chamo de agência de historicidade; por exemplo, no caso de uma sociedade industrial, contando com um grupo patronal e um grupo sindical, poderia ser acrescentado um grupo de técnicos representando a industrialização, que é o contexto das relações sociais de produção na sociedade industrial.

Após os encontros com os interlocutores, os pesquisadores animam sessões "fechadas" nas quais os grupos comentam os encontros ocorridos. Assim começam sua auto-análise.

3. Aquilo que os pesquisadores estudam de fato são menos as condutas dos atores que sua auto-análise. É inconcebível separar o papel da consciência do papel e, especialmente, a classe da consciência de classe. Falar de uma classe sem consciência de classe deveria ser considerado um contra-senso. Mesmo que esta consciência de classe esteja mesclada com outras consciências de papéis ou por elas recoberta, ela deve existir.

A primeira meta do pesquisador é, portanto, desenvolver esta consciência natural do ator. Quando começam a se reunir, os grupos agem como *grupos exemplares*, ou seja, suas discussões reproduzem os debates que se desenvolvem no decorrer da luta ou da ação coletiva. É preciso transformar esses grupos exemplares em *grupos-figuras* por uma *reviravolta* que consiste em tomar distância em relação à prática e em produzir interpretações gerais da prática. Esta passagem pode-se dar tanto espontaneamente como por iniciativa do pesquisador, e leva àquilo que se poderá chamar de análise ideológica, porquanto ligada à ação – por isso mesmo ideológica –, e desde já analítica. Esta reviravolta é uma fase essencial no caminho que leva à conversão, momento central da intervenção.

A passagem para o grupo-figura ocorre principalmente depois de terminadas as confrontações entre adversários e especialmente no decorrer das sessões fechadas ou de um primeiro fim de semana passado com os pesquisadores, quando o grupo reexamina os documentos da primeira fase da intervenção: relatórios datilografados, fitas cassetes ou mesmo gravação em vídeo.

4. A conversão não é a passagem da prática para a análise, e sim da análise

em termos práticos para a análise em termos do movimento social que pode estar presente na prática. Somente o pesquisador pode realizar tal passagem. É ele que deve representar para o grupo a imagem do movimento social que dá a esta prática seu sentido mais elevado. O pesquisador não tende a interpretar a natureza de uma prática, dela tirando o "espírito". Ele puxa a prática e sua interpretação para o nível mais elevado possível. Não procura colocar-se em outro nível que não seja o da ação histórica. Seu papel é o de fazer perceber sob que forma e com que força as condutas de produção da sociedade estão presentes nas condutas que podem também ser analisadas ou percebidas em outros níveis da vida social.

Essa conversão assume necessariamente uma forma dramática, já que se trata de extrair um significado de uma prática complexa e de permitir o reconhecimento de que este significado tem um papel fundador e dá sentido aos outros aspectos da ação. É a razão pela qual este momento da conversão não pode ser isolado. Não basta, decerto, que atores reconheçam, num dado momento, que sua ação pode ter um significado muito elevado, como quando operários reconhecem que as suas reivindicações salariais podem ter uma carga de consciência de classe.

Em si mesma, a conversão não passa da apresentação de uma hipótese por parte do pesquisador. O essencial reside em saber como o grupo se comporia em relação a essa hipótese. Ela suscita reações inteligíveis e estáveis? Produz uma configuração coerente do grupo, que o mesmo possa manter no decorrer das horas, e mesmo quando os estímulos são transformados? Permite ao grupo a reinterpretação da sua ação passada, assim como da sua história de grupo? Permite, enfim, que o grupo elabore um programa de ação, que analise sua situação e as respostas que sua própria ação podem suscitar? O conjunto dos momentos de intervenção posteriores à conversão deve permanecer dominado por ela, que só poderá considerar-se alcançada no fim da pesquisa.

5. Mas não basta estabelecer a validade da hipótese nos grupos onde foi apresentada. É desejável que essas hipóteses sejam submetidas a outros grupos. Isto representa uma parte importante do que chamamos sociologia permanente, que constitui o conjunto das operações posteriores à conversão.

De pesquisa em pesquisa vamos dando importância crescente a este as-

pecto da sociologia permanente, a ponto de pensar hoje que é preciso construir um verdadeiro *research design* combinando dois ou três grupos, constituídos durante a primeira fase da intervenção, com um conjunto de grupos, alguns dos quais estudados tão demoradamente quanto na primeira fase, no decorrer da sociologia permanente. Esses novos grupos devem ser escolhidos de maneira que possam ser formuladas hipóteses sobre a aplicação possível das hipóteses a essas novas situações.

É também essencial que haja, entre as duas fases principais da pesquisa, um lapso de vários meses para que, no decorrer da sociologia permanente, as hipóteses possam ser aplicadas a grupos colocados de todo modo em situação nova, bem como afastados do que poderia ter sido uma influência excessiva dos pesquisadores. Aachamos desejável que o conjunto da intervenção, sem levar em conta a fase preparatória, se estenda por um ano.

Problemas

1. É preciso, desde já, limitar o alcance das conclusões de uma intervenção. Ao escolher um método intensivo, e não extensivo, aceitamos certos inconvenientes. O principal é que não se pode falar em previsão histórica. Pelo contrário, os levantamentos extensivos não teriam muito interesse se não permitissem certas previsões. Seu raciocínio é geralmente muito simples, mas esta simplicidade garante uma certa estabilidade das opiniões, atitudes e comportamentos estudados.

Em compensação, é preciso dizer claramente que uma intervenção sociológica sobre uma ação coletiva não permite analisar as chances que tem esta de adquirir uma certa importância histórica. É mesmo concebível que uma intervenção mostre a importância virtual de uma ação e no entanto deixe pensar que esta ação não terá importância histórica.

O primeiro estudo que fizemos tinha como objeto a greve estudantil de 1976 na França, que foi um fracasso e que, como demonstramos, marcou na realidade o fim do chamado esquerdismo estudantil. É mostrando as condições em que a luta estudantil pode ser um movimento social que conseguimos fazer aparecer o fracasso dessa greve, que tinha objetivo e ideologia completamente diferentes daqueles que teriam correspondido ao movimento social possível. Neste caso, ao revelar a natureza do movimento social possível, permitimos a

previsão do fracasso histórico de uma luta que se afastava desse movimento. Mas em nenhum momento pudemos demonstrar que fracassaria.

Do mesmo modo, o estudo que fizemos sobre o movimento antinuclear mostrou a presença, nessas lutas, de um movimento social antitecnocrático, mas também mostrou o fraco poder deste significado sobre as práticas dos militantes antinucleares. Deixou prever ainda que este movimento buscava uma prática intermediária entre os sentimentos antinucleares e o movimento antinuclear, organizando-se em corrente política. Mas não somos capazes de dizer quais serão as chances e a importância deste movimento político.

A intervenção sociológica não tem como meta a previsão dos acontecimentos, e sim a análise dos mecanismos que permitem a formação da ação coletiva e, em nível mais elevado, dos movimentos sociais.

2. O problema mais importante reside na definição do papel dos pesquisadores. Este papel é forçosamente duplo, já que os pesquisadores devem, por um lado, suscitar e acompanhar a auto-análise dos atores e, por outro, encaminhar o grupo à sua conversão, tomando a iniciativa de apresentar-lhe uma certa imagem dele próprio. Os pesquisadores devem, portanto, conservar uma certa distância em relação ao grupo, distância entre o conhecimento e a ação, e, ao mesmo tempo, permanecer próximos dos atores, de suas ideologias e objetivos concretos.

Isto obriga a dividir os papéis da pesquisa entre duas pessoas. Chamo de *intérprete* o pesquisador que permanece mais perto da auto-análise do grupo, aquele que "empurra" o grupo para a frente e se esforça por evitar qualquer ruptura entre sua experiência de luta real e sua atividade no quadro da intervenção. Chamo *analista* aquele que mais constantemente se coloca do ponto de vista da análise e que se esforça para constituir hipóteses, não só a partir das condutas do grupo durante a primeira fase da intervenção, mas também a partir de uma reflexão de tipo mais classicamente histórico sobre a ação considerada. A diferenciação entre as duas funções é tanto mais marcada quanto mais a prática se afasta do movimento social que ela pode conter em si. Se esta separação entre a luta e o movimento fosse total, não haveria mais comunicação entre os dois pesquisadores, e a consequente crise no seio da equipe seria um bom indicador da ausência do movimento social na luta. Em contrapartida,

se uma luta for bastante carregada de movimento social, os dois pesquisadores poderão trabalhar lado a lado e o intérprete poderá tomar parte direta e importante na conversão.

De todo modo, o principal perigo para os pesquisadores não é provavelmente o de conservar muita distância em relação ao grupo. Mas, ao contrário, o de identificar-se demais com ele. Isto pode ser por causas ideológicas, mas também por causas mais imediatas. O pesquisador depende do grupo para o sucesso da pesquisa; precisa, portanto, ser aceito por ele, e consegue isto ao reduzir a distância que os separa, ao mostrar a sua lealdade em relação ao grupo e a sua luta, ou mesmo ao se identificar com o grupo, procurando até, às vezes, tornar-se o seu líder. Numa das nossas pesquisas, vimos a que resultado levava tal erro de conduta de um pesquisador. Essa forte identificação do pesquisador com o grupo pode dar a ilusão de um grupo ativo, capaz de levar bastante longe a auto-análise. Entretanto percebe-se rapidamente que ela impede a conversão, pois elimina qualquer distância entre o pesquisador e o grupo, ao passo que a conversão supõe que a distância seja a maior possível e que o pesquisador faça um esforço considerável para "puxar" o grupo em direção do significado mais alto de sua ação, do qual ele se faz o portador.

3. Isto deixa prever a objeção feita da maneira mais constante à intervenção sociológica: ela não teria valor demonstrativo porque seus procedimentos, em si mesmos, garantiriam um sucesso que, assim, se tornaria artificial. A intervenção não passaria de uma operação de sugestão, de sucesso tanto mais fácil na medida em que o pesquisador apresente ao grupo uma imagem muito gratificante da sua prática e coloque a si mesmo em posição de líder. Desse modo, o pesquisador seria sempre capaz de encontrar a presença de um movimento social no seio de qualquer luta, um pouco como um pregador que pode sempre descobrir o pecado ou a graça em qualquer tipo de conduta humana.

Essa objeção requer, em primeiro lugar, respostas gerais. É preciso dizer novamente que a conversão não se julga pelo fato de um grupo consentir, num determinado momento, em aceitar a hipótese apresentada pelo pesquisador. A capacidade do grupo de reinterpretar e orientar sua experiência passada, presente e futura, em função da hipótese apresentada, é que indica a solidez desta última. É bom lembrar ainda que o dispositivo atual de pesquisa supõe a intervenção de vários pesquisadores, sobre

vários grupos e em várias etapas, muitas vezes a intervalos de meses.

Entretanto, além destes argumentos gerais, é preciso acrescentar uma experiência concreta, cujo peso é ainda mais considerável. Fomos acusados de verificar nossas hipóteses a toda hora. Pois bem, acabamos de desenvolver uma pesquisa sobre o movimento occitano na França, no decorrer da qual eu mesmo elaborei e introduzi uma hipótese que foi rejeitada pelos dois grupos; formulamos outra hipótese que outro pesquisador (F. Dubet) introduziu nos grupos e que, por sua vez, foi rejeitada. A maior parte das fases posteriores da pesquisa, ou seja, a sociologia permanente, foi consagrada à análise e à interpretação desse duplo fracasso. Fica assim demonstrado pelos fatos que uma hipótese pode ser rejeitada pelos grupos, mesmo quando as relações entre pesquisadores e grupos são excelentes e quando nenhuma explicação dita psico-sociológica se mostra satisfatória. É preciso acrescentar que tal fracasso não significa absolutamente o fracasso do método. Prova, pelo contrário, que certos grupos podem fazer sua conversão, ou seja, colocarem-se do ponto de vista do movimento social possível e ao mesmo tempo reconhecer que este movimento não pode encarnar-se em sua ação, a qual, por conseguinte, não pode atingir objetivos tão elevados.

A conversão não consiste em reconhecer a presença dos conflitos mais agudos em todas as reivindicações, mas em situá-las em relação a este nível da ação social.

4. Outra objeção freqüente: não levaríamos em consideração os fenômenos propriamente psico-sociológicos que se produzem dentro dos grupos. Mais uma vez, trata-se de um mal-entendido.

Na realidade, ao examinar os grupos, podemos interessar-nos por vários fenômenos diferentes. Os que aderem ao método da psicanálise se interessam sobretudo, como o próprio Freud, pela natureza do laço social. E, provavelmente, a razão por que se interessam mais pelos grupos de natureza militar ou religiosa ou ainda procuram combater, nos grupos que têm funções diferentes, certas formas de autoridade de natureza militar ou religiosa. Outros se interessarão particularmente pela maneira como um grupo pode comportar-se em determinada situação, adaptar-se à mudança e tomar decisões.

Da nossa parte, não opomos de modo algum o funcionamento interno do grupo aos problemas da luta da qual participam seus membros. Pensamos, pelo contrário, que parte considerável dos

acontecimentos que ocorrem dentro do grupo e das relações que se estabelecem entre os seus membros deve ser interpretada a partir de nossas hipóteses propriamente sociológicas. Por essa razão, nossos relatórios de pesquisa não têm mais a forma de exposições gerais sobre as lutas sociais, mas de relatos da história das próprias pesquisas.

É muitas vezes na mudança de posição de um dos membros do grupo, ou na análise que um dos membros faz da sua perda de liderança ou da sua rejeição pelo grupo, que se podem encontrar os sinais mais transparentes da natureza das relações entre uma prática social e sua razão de ser.

Aplicações

Esse método foi concebido entre 1973 e 1976 e aplicado desde então ao estudo da greve estudantil de 1976 na França, ao movimento antinuclear e ao movimento occitano. O programa atual de pesquisa prevê agora uma intervenção no sindicalismo operário e outra no movimento das mulheres. Pode-se considerar este conjunto como a primeira fase do desenvolvimento da intervenção sociológica. Estes cinco casos, na verdade, situam-se no mesmo país e estudam fenômenos comparáveis. Seu princípio de unidade é tanto histórico como sociológico. Em todos os casos, trata-se de perguntar em que pode consistir e sob que forma pode manifestar-se o movimento social popular que, numa sociedade pós-industrial ou em via de pós-industrialização, ocuparia o papel central que o movimento operário desempenhou na sociedade industrial e que o movimento pelas liberdades civis desempenhou nas sociedades mercantis pré-industriais. Este objetivo comum justificou a sucessão desses estudos relativamente próximos uns dos outros. Seria perigoso, entretanto, concluir, a partir deles, que a intervenção sociológica não tem outro campo de aplicação a não ser aquele que a linguagem comum chama de movimentos sociais, e isto nas sociedades industriais avançadas. O essencial do trabalho daqueles que se convencem do interesse desse método deverá consistir em examinar em que condições e sob que forma ele pode ser aplicado a outros campos sociais e a outras situações sociais. *Os campos de aplicação possíveis da intervenção* só podem ser indicados aqui de maneira superficial:

1. Em primeiro lugar, é indispensável que ela não se limite ao estudo de movimentos de oposição ou populares. É essencial que se possa mostrar que podem

ser estudadas, da mesma maneira, as condutas dos meios dirigentes. Um dos nossos primeiros objetivos deve ser, portanto, a organização de uma intervenção na classe dirigente moderna, e particularmente entre os dirigentes de grandes organizações, industriais ou não, privadas ou públicas. É evidentemente desejável que tais intervenções possam ser feitas em vários países industriais com tradições culturais diferentes, por exemplo, na Europa, na América do Norte e no Japão.

2. De maneira geral, é essencial que as intervenções sobre lutas sociais sejam completadas por pesquisas análogas desenvolvidas em outros países, especialmente em países dependentes ou antigamente colonizados, onde os movimentos camponeses ou movimentos populistas urbanos desempenham importante papel.

3. Parece urgente afastar-se do domínio da ação histórica, pois ela não representa somente um nível das relações e das condutas. Ela é também o nível que informa os outros, de maneira que as condutas que se colocam no nível que chamo institucional ou organizacional têm uma dupla natureza: as condutas específicas que nele se formam são, se assim posso dizer, sobredeterminadas pelas condutas de ação histórica, pelos movimentos sociais que nelas se encarnam como também se dissolvem. É, portanto, importante que, dos movimentos sociais, baixemos às condutas políticas e às condutas organizacionais para estudá-las, especialmente, no interior de grandes organizações de produção, de administração, de educação, de saúde etc.

Entretanto o conjunto dessas condutas de historicidade, institucionais e organizacionais, constituem ainda apenas uma das regiões da vida social, aquela onde aparecem, de maneira mais ou menos direta, as relações sociais, cujo contexto é a produção da sociedade. É preciso saber afastar-se ainda mais do domínio da historicidade e das classes sociais. De um lado, essas relações sociais estão endurecidas, controladas e reproduzidas numa ordem social; de outro, podem ser desfeitas por uma crise: enfim, são submetidas a processos de mudança. Em cada um destes casos a dualidade assinalada é reforçada.

Condutas de ordem, de crise ou de mudança podem ser estudadas de maneira específica, e grande parte da sociologia se dedica ao estudo dessas especificidades. Entretanto é preciso ver também nessas condutas a presença defor-

mada das condutas de historicidade e dos movimentos sociais.

Nossa experiência européia, em particular nossa industrialização brutal, ensinou-nos que não há fronteira intransponível entre a crise e o conflito, entre o desenraizamento, a marginalização e a exclusão, de um lado, e a proletarianização bem como a formação do movimento operário, do outro. Mesmo na França, greve, conflito, tumulto, revolução são palavras tão inseparáveis como operários e miseráveis na obra de Victor Hugo. Sabemos ainda que, em qualquer lugar e sobretudo nos países cuja industrialização foi dirigida por Estados autoritários, as relações sociais são recobertas por relações de ordem e por uma dominação estatal.

É por isso que a parte provavelmente mais importante do trabalho a fazer deverá ser dedicada ao estudo dos movimentos sociais através das condutas de ordem, de crise ou de mudança. Devemos afastar-nos ainda mais das condutas de historicidade. Condutas de desvio individual e mesmo condutas de loucura podem talvez ser analisadas, pelo menos em parte, como formas de expressão individualizada de um movimento social impossível, de uma privação de ação histórica. Aqui, ainda, o método da intervenção sociológica deverá ser repensado para ser adaptado àquela extrema dissociação entre o sentido de uma ação e o seu modo de aparição social.

4. Infelizmente, é preciso acrescentar que tudo aquilo que acaba de ser dito parece repousar sobre uma certa confiança na possibilidade do surgimento de movimentos sociais. Convém dar a mesma importância àquilo que podemos chamar de antimovimentos sociais, ou seja, a tudo aquilo que, numa comunidade, estimula o comportamento defensivo e o consenso contra um inimigo externo. Aquilo que, em certas circunstâncias, pode abrir-se num movimento social, em outras, pode fechar-se numa seita. O fascismo pode-se desenvolver frente ao movimento operário em todas as suas formas. Hoje, os movimentos de defesa comunitários, que se opõem a uma industrialização brutal, autoritária e que aparece como comandada do exterior, assumem importância crescente no mundo todo. Com outro espírito, e numa visão menos pessimista, devemos interrogar-nos sobre a maneira como os atores sociais tentam sua reconstituição apesar da dominação absoluta do Estado. Vimos, no Brasil, a reconstituição de forças sociais autônomas, limitando aos poucos a dominação da ditadura militar; seguimos a cada ano a reativação da ligação entre

intelectuais e operários que permitiu, na Polônia, o reaparecimento de movimentos ao mesmo tempo antiestatais e de classe; a presença e a influência dos dissidentes obrigam a uma reflexão aprofundada sobre a natureza das lutas contra o Estado, as quais poderiam tornar-se parte essencial da história social do próximo século.

Deve-se concluir, destas breves indicações, que o método da intervenção sociológica pretende aos poucos impor-se ao conjunto do campo da sociologia? Sim e não. De fato, é impossível decidir *a priori* que um tipo de conduta social não tem qualquer relação com o campo da historicidade e dos movimentos sociais que a animam. Acreditar, porém, que se possa *reduzir* todas as condutas sociais às condutas do nível mais elevado seria cometer o erro inverso. Razão pela qual é preciso, pelo contrário, opor, como fez Freud de outra maneira em "Eros e Thanatos", duas ordens de conduta: as da ação e as da ordem. Não há sociedade moderna sem ordem, sem reprodução, sem Estado, sem guerra. Esta imensa área, que pede uma reflexão antropológica, defronta com o mundo social, aquele das relações sociais e de seus contextos culturais. No nosso século, com o novo desenvolvimento dos Estados absolutos, será loucura e inconsciência afirmar, como na época de Auguste Comte, o triunfo próximo da sociedade positiva. Muito pelo contrário, é com angústia que nos perguntamos se o espaço da sociedade civil, que conseguimos aos poucos estender no Ocidente no decorrer dos séculos, não será novamente invadido pela floresta estatal.

A razão de ser da sociologia é defender, palmo a palmo, esta clareira e as culturas que as coletividades humanas nela desenvolveram. O método de intervenção está a serviço dessa defesa. Uma de suas metas é o conhecimento, mas procura também elevar o nível da ação, proporcionar à ação real uma aproximação cada vez maior do máximo de ação possível. Procura ajudar os homens a fazer sua história. Aparece num momento em que, sobre as ruínas das ilusões destruídas ou traídas, essa confiança na produção da sociedade recua e, em face dos Estados todo-poderosos, só se procura apoio no mais individual e no menos social, na natureza e no inconsciente. Não se pode separar um caminho de pesquisa nas ciências humanas das razões históricas e sociais que o fizeram surgir. Não é contraditório afirmar que a intervenção sociológica tem um valor heurístico e reconhecer que ela é, também, o signo de um desejo de fazer renascer uma consciência da história e assim defender e reforçar as chances da democracia,

Novos Estudos Cebrap
SP, v. 1, 3,
p. 36-45, julho 81